

CONCEPÇÃO DE HOMEM: OBSERVAÇÕES ACERCA DOS MANUSCRITOS ECONÔMICOS FILOSÓFICOS DE 1844

Alessandra Dal Lin¹
Anita Helena Schlesener²

RESUMO

Este texto é parte de uma investigação teórica sobre a concepção de homem apresentado nos *Manuscritos Econômicos Filosóficos de 1844*. Nesta obra, Marx identifica a natureza social do trabalho a partir das relações históricas do homem com a natureza e com os outros homens. Trata-se de um escrito que inicia a análise do modo de produção capitalista, efetivando a crítica à Economia Política e ao pensamento hegeliano no que se refere ao trabalho e à propriedade privada, relação que instaura a alienação ou o estranhamento do homem da sua atividade de trabalho, de si mesmo e dos outros. A concepção de homem enquanto sujeito integral apontada por Marx, pelo viés do comunismo, é um desafio para se pensar a educação nos dias de hoje.

Palavras-chave: trabalho; propriedade privada; homem; educação.

INTRODUÇÃO

Este texto é parte de uma investigação teórica introdutória sobre a concepção do homem em Marx com o objetivo de explicitar, em trabalho posterior, a concepção de educação. Embora a questão da educação apareça de modo explícito em um dos últimos trabalhos de Marx, *A Crítica ao Programa de Gotha*, articulando o tema com a noção de trabalho, nossa intenção é partir do conceito de homem a fim de mostrar que o tema da educação se refere ao modo de inserção no conjunto das relações sociais por meio do trabalho, formador da essência humana.

Para tanto, selecionamos para esse estudo, da ampla obra do autor, os escritos que se referem à concepção do homem apresentado no capítulo trabalho estranhado dos *Manuscritos Econômico-*

1 Professora de Educação Física, Doutoranda do Programa de Educação da Universidade Tuiuti do Paraná.

2 Professora de Filosofia Política da UFPR (aposentada). Docente do Doutorado e Mestrado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná.

*Filosóficos*³. Ao escrever os textos que compõem os Manuscritos, Marx não se limitou a estudar e interpretar as obras de Hegel, de Feuerbach e da Economia Política. Este conjunto contextualizado e articulado por Marx, para explicitar os limites da Economia Política, forneceu suporte teórico para o início de um confronto com o pensamento de Hegel e a formulação da sua própria filosofia num sistema que relacionava vida, política, economia e liberdade.

Criticando a Economia Política e as bases da filosofia hegeliana, Marx considerou necessário superar as proposições do idealismo hegeliano acerca do trabalho e da propriedade privada a partir de uma rigorosa leitura da realidade no seu movimento contraditório. Essa abordagem se apresentava tanto mais inovadora quanto complexa, pela multiplicidade de determinações que compõe as relações dinâmicas que envolvem o homem na sociedade capitalista. O longo percurso crítico iniciado a partir de então resulta na construção dos fundamentos de uma filosofia da práxis que denuncia o caráter antagônico e contraditório das relações econômicas, sociais e políticas da sociedade capitalista, bem como na proposição de um projeto revolucionário a cargo das classes exploradas.

A partir da crítica dirigida aos economistas e ao pensamento hegeliano, depreende-se que não existe uma natureza humana a priori, mas o homem constrói a sua natureza no curso da história. A noção de homem, que dá sustentação a um conceito de educação, firma-se no modo como o homem, a partir da necessidade de sobrevivência, constrói a sua própria natureza por meio do trabalho; esse aspecto ativo e criador constitui a sua materialidade e a sua essência. Somente a partir do trabalho, historicamente contextualizado e compreendido, se pode enfrentar o tema da educação.

Os economistas, nos limites de sua abordagem da realidade, reduzem "tudo ao homem, isto é, ao indivíduo, do qual eliminam toda determinação, para fixá-lo como capitalista ou como operário". Nesse contexto, aparece "a divisão do trabalho, expressão econômica do caráter social do trabalho, no interior da alienação" (MARX, 1974, p. 30). A atividade humana alienada e reduzida ao individual perde a sua conotação social pela qual o trabalho se torna criativo. O trabalho se constitui como capacidade de criar e transformar a natureza gerando as condições necessárias para produzir e reproduzir

³ As bases de nossa leitura são duas traduções: a apresentada na coleção *Os Pensadores*, edição de 1874 e a mais recente, publicada pela Editora Boitempo em 2004.

a existência. O homem produz a sociedade ao mesmo tempo em que produz e reproduz a si próprio enquanto indivíduo inserido no conjunto das relações sociais. É na relação ativa com a natureza e com os outros homens pelo trabalho que o homem constrói o seu modo específico de ser e esse processo constitui a educação.

Iniciamos com uma apresentação introdutória do significado dos conceitos de trabalho e propriedade privada presentes nos Manuscritos Econômicos Filosóficos, bem como as proposições de sua superação, a fim de explicitar o conceito de homem, base da noção de educação.

○ TRABALHO E A PROPRIEDADE PRIVADA A PARTIR DOS MANUSCRITOS ECONÔMICO-FILOSÓFICOS

Os Manuscritos Econômico-Filosóficos iniciam uma pesquisa rigorosa de identificação da natureza social do trabalho e das características que este assume no contexto do modo de produção capitalista enquanto parte de um movimento que gera a exploração do homem pelo homem, bem como as possibilidades de se alcançar a emancipação política e social. Parte-se da explicação de que, ao estabelecer a relação com o objeto o trabalhador além de suprir suas necessidades também produz a socialização, que é fator indispensável para uma sociedade transformadora. Para Marx, o objeto é a externalização de sua subjetividade e capacidade humana na produção da sua atividade de trabalho, pois este constitui a relação histórica do homem com a natureza bem como determina sua condição humana.

Os Manuscritos Econômicos Filosóficos são organizados de forma orgânica e compreendem três momentos: o primeiro refere-se a crítica da economia clássica e atinge seu ponto principal no capítulo trabalho estranhado; o segundo refere-se a uma descrição sobre capital e trabalho; no terceiro Marx aborda os temas: trabalho e propriedade privada e faz uma crítica à dialética de Hegel, especialmente a obra Fenomenologia do Espírito. O desenvolvimento deste estudo busca explicitar o conceito do homem fundamentado na categoria trabalho por ser um elemento mediador e condutor da argumentação de Marx.

Marx percebe em suas leituras críticas e estudos que existia um componente ideológico da economia política, no momento em que

o trabalho socializado e criativo era substituído, na concepção do modelo capitalista, pelo trabalho produtivo como uma lei totalmente natural. Com isso, Marx empreende seus escritos apresentando uma análise do modo de produção capitalista e da atividade produtiva.

O diferencial da filosofia de Marx é que ela revela as contradições do sistema capitalista denunciando a alienação e a exploração do homem pelo trabalho estranhado. Diferentemente do que se apresentava em relação ao trabalho até então, Marx supera a compreensão de trabalho abstrato e empreende sua análise do trabalho como sendo atividade material concreta do homem, determinada historicamente pelo modo de produção na formação do homem enquanto ser social.

O pensamento de Marx segue um critério dialético, ao invés de suprimir as situações contraditórias ele as utiliza como suporte para chegar a compreensão da realidade objetiva. Nesse sentido, ao desenvolver a categoria trabalho, Marx apresenta as determinações que envolvem o ser do homem no modelo capitalista e também as possibilidades de superação da condição de alienação.

Os *Manuscritos Econômicos Filosóficos* iniciam um percurso que visa a identificar as relações constituintes que permitem esclarecer o caráter alienado do trabalho e da própria essência humana construída historicamente, a partir da natureza da propriedade privada dos meios de produção. Marx constata as contradições internas da propriedade privada e as limitações do trabalho estranhado na formação do homem social e empreende a sua crítica às teorias vigentes que, por serem parciais, perdem o sentido da totalidade e a articulação entre o aspecto subjetivo e objetivo do conjunto de relações que constituem o modo de produção capitalista. (MARX, 2004, p.22-24)

O trabalho perde a sua dimensão criativa e vital na medida em que se fragmenta para cumprir os objetivos da produção e da acumulação nos interesses da propriedade privada dos meios de produção. Trabalho alienado e propriedade privada são os dois lados da mesma figura, os dois aspectos de um movimento que, ao mesmo tempo em que completa o circuito de realização do trabalho alienado, efetiva uma determinada forma de propriedade privada; e ao mesmo tempo em que produz a riqueza, gera "o carecimento humano. O homem rico é, ao mesmo tempo, o homem carente de uma totalidade de exteriorização da vida humana"; a riqueza gera a pobreza tanto do trabalhador explorado, que não se entende como produtor, quanto

do capitalista expropriador que convive com a solidão cotidiana de sua carência interna. "A pobreza é o laço passivo que faz com que o homem sinta como carecimento a maior riqueza, o outro homem" (MARX, 1974, p. 20).

Do ponto de vista da essência do homem, superar esse carecimento e a solidão do individualismo gerado pela exploração do trabalho seria o caminho para gerar a verdadeira autonomia de um homem senhor de si mesmo; tal ação poderia acontecer pela solidariedade entre os homens a partir das relações que estes estabelecem no trabalho, ou seja, por meio de novas relações de produção e de vida social, que permitiria conhecer as relações que determinaram o objeto da atividade que o homem produziu, sendo criador e transformador da sua atividade produtiva. Assim a análise criteriosa do modo de produção capitalista, da atividade produtiva desenvolvida por Marx nos Manuscritos, situa a importância do trabalho como ação efetivadora do ser social (MARX, 2004, p.22-24).

Do ponto de vista da propriedade privada, porém, o caminho que se segue é inverso: cada proprietário procura um "modo de criar no outro uma nova necessidade para obrigá-lo" a um novo sacrifício e gerar uma nova dependência. Submeter o outro para satisfazer seus próprios interesses, fazendo crescer as formas de estranhamento e alienação. Marx procura mostrar como esse procedimento egoísta aumenta a riqueza e, em proporção inversa, torna o homem mais pobre enquanto homem. A mediação do dinheiro possibilita ampliar o processo de acumulação, mas o dinheiro assume uma independência na direção desse processo visto que tudo reduz a sua própria abstração. O "aumento da produção e das necessidades se converte no escrevo *engenhoso* e sempre *calculador* de apetites desumanos, refinados, antinaturais e *imaginários*" (MARX, 1974, p. 22. – grifos do autor).

Esse caminho da economia para a filosofia e vice-versa, que articula dialeticamente a construção do modo de produção na relação entre trabalho alienado e propriedade privada, esclarece como se constrói o imaginário social na medida em que explicita a concepção de homem que se produz no contexto das relações capitalistas: os indivíduos isolam-se entre si e de sua essência genérica, aprofundam seus carecimentos egoístas, instauram e ampliam a divisão do trabalho, calculam a pobreza física como medida para o pagamento do trabalho, instauram a competição e a corrupção dos homens, a

“cloaca (em sentido literal) da civilização”, enquanto os elementos que constituem a vida do trabalhador e do capitalista (Idem, p. 23).

A Economia política calcula a remuneração do trabalho pelo mínimo necessário para a manutenção da vida física; ao ser estabelecido um pagamento mínimo reduz-se “a vida e modo de existência humana”; o trabalho perde sua condição essencial e torna-se uma atividade estafante porque reduzida ao puro movimento quantitativo. No momento em que o trabalho passa a ser manipulado no sistema capitalista, o homem que antes se efetivava como ser criativo e livre pelo trabalho, passa a condição subalterna e perde-se a si mesmo. A determinação do salário é imposta pelo capitalista visando o acúmulo do capital e o sacrifício do trabalhador. (MARX, 2004, p.24)

Ao analisar a relação de interdependência entre o trabalhador e o capitalista, Marx acentua as formas de degradação da vida individual e social e anuncia as bases da alienação enquanto o hostil e o estranho que caracterizam o conjunto de relações: ao criar uma medida das necessidades pelo mínimo, a vida do trabalhador torna-se privada de necessidades sendo o resultado final desta relação a vantagem do capital. As formas de trabalho alienado, que começam a ser explicitadas nos *Manuscritos Econômicos Filosóficos* a partir da propriedade privada do solo e da indústria e que terão seu aprofundamento posterior, tem a seguinte definição:

A alienação aparece tanto no fato de que *meu* meio de vida é de *outro*, que *meu* desejo é a posse inacessível de *outro*, como no fato de que cada coisa é *outra* que ela mesma, que minha atividade é *outra* coisa e que, finalmente (e isso é válido também para o capitalista), domina em geral o poder desumano (MARX, 1974, p. 28).

Tal constatação indicará que a “... separação de capital, renda de terra e trabalho é mortal para o trabalhador”, ou seja, não seria o trabalho em si que acarretaria a desigualdade, mas a exploração por meio do trabalho que pelo cálculo mínimo remuneração pelas necessidades físicas e pela mediação do dinheiro que determina as condições de sobrevivência do trabalhador. “O trabalhador não tem apenas de lutar pelos seus meios de vida físicos, ele tem de lutar

pela aquisição de trabalho, isto é, pela possibilidade, pelos meios de poder efetivar sua atividade". (MARX, 2004, p.25).

Marx explicita como o processo histórico de formação do capital vem acompanhado da instauração da propriedade privada legitimada pelo trabalho, situação que, por seu caráter de exploração do trabalho, é permeado por contradições; estas, ao serem constatadas, evidenciam a forma como se constitui e se nega a essência humana.

No modelo de economia capitalista, o eixo principal é o lucro obtido por meio da exploração do trabalhador, que vende sua força de trabalho em troca de um salário que apenas o faz sobreviver. Nesse cenário, o trabalhador vai perdendo a sua condição criadora e torna-se uma extensão da máquina. Nas palavras de Marx, "as desvantagens revelam-se, dentre outras coisas, na maior mortalidade do trabalhador fabril... Não se levou em conta ainda esta grande diferença: até que ponto os homens trabalham com máquinas, ou até que ponto eles trabalham como máquinas".(MARX, 2004, p.32). O homem que antes se tornava criador de si mesmo por meio do trabalho agora passa a assumir a condição de servo do seu próprio trabalho no modo de produção capitalista.

As reflexões de Marx sobre a mediação do dinheiro nas relações de troca implementadas no modo de produção já anunciam a leitura posterior sobre as características da alienação. Esse aspecto apresentado por Marx (MARX, 2004, p. 39) pode ser acompanhado nas análises sobre o ganho do capital, "isto é, a propriedade privada dos produtos do trabalho alheio". Tendo em vista que o capital é "trabalho acumulado" o lucro excede a produção e com isso, o capitalista ganha duas vezes, "primeiro, com a divisão do trabalho; segundo, geralmente com o progresso que o trabalho humano imprime sobre o produto natural. Quanto maior a participação humana numa mercadoria, tanto maior o ganho do capital morto". (MARX,2004, p.45)

Nesse sentido, o trabalho pelo fato de ser uma relação entre o capitalista e o trabalhador, acaba engendrando o trabalhador na condição de mercadoria. Marx observa que os produtos ganham independência em relação ao trabalhador, ou seja, o objeto produzido por ele torna-se estranho e com isso o próprio trabalhador é

considerado uma mercadoria. O resultado do trabalho estranhado é a propriedade privada na forma do capital.

Ao explicar a dominação do capital sobre o trabalho Marx aponta que o objetivo final sempre será o lucro, mesmo que sua aplicação não seja benéfica para a sociedade, como é o caso da exploração das forças produtivas da natureza. O aumento da riqueza, a partir do acúmulo de capital, faz com que se formem o que Marx chamou de "acumulação multilateral", ou seja, a concentração de renda acontece ao mesmo tempo para vários capitalistas, mas pelo fato de que o percentual de riqueza é diferente entre eles, surge a concorrência. A partir das ações lícitas ou ilícitas de produção, da manutenção da riqueza, da combinação de diversos ramos da produção, alguns grupos se sobressaem sobre outros e por possuírem poder acabam dominando o adversário, e o que antes era "acumulação multilateral" torna-se "acumulação unilateral" e forma o monopólio (MARX, 2004, p.48)

Com o aumento da concorrência, os trabalhadores são forçados a produzirem e consumirem mais, sua condição humana vai sendo suprimida pelas imposições da sociedade capitalista. Marx escreve uma passagem do livro de Ricardo - *Renda da terra*, onde este economista apresenta sua concepção de homem, " as nações são apenas oficinas de produção, o homem é uma máquina de consumir e produzir; a vida humana, um capital; as leis econômicas regem cegamente o mundo". Marx em seguida escreve que "para Ricardo, os homens são nada; o produto é tudo". (MARX, 2004, p.56)

Na economia política a condição do homem é reduzida ao trabalho alienado e servil. Nessas condições o homem vai sendo determinado pelas imposições do sistema capitalista e sofre as consequências em todas as dimensões da sua vida. Ao explicitar as contradições destas determinações, Marx mostra que quanto mais o trabalhador produz riqueza, menos produz a si mesmo (idem, p.80). Este perder a si mesmo que se delineia a partir da crítica à economia política apresenta por um lado, uma denúncia da alienação do trabalhador no modo de produção capitalista e por outro, torna-se um instrumento de conscientização do trabalhador em relação a sua condição desfavorável frente a uma realidade que se apresenta como natural. Com essas condições, a sociedade se divide em duas classes: a dos proprietários, que recebem o capital e os trabalhadores sem propriedade e subalternos.

Do ponto de vista da economia política, a historicidade do processo econômico e social se perde nas brumas do discurso abstrato, colocando como pressuposto que suas leis justificam-se por si só como um processo natural. Os economistas não as explicam do ponto de vista da propriedade privada, nem do capitalista e, quando o fazem, suas explicações são abstratas e obscuras. Assim, a propriedade privada, a separação de trabalho, capital e terra, o salário, o lucro, a renda de terra e a divisão do trabalho ganham território no cenário social a partir da exploração do trabalho.

Marx expõe que o trabalho estranhado não produz somente o objeto/produto, mas o homem. "O trabalhador encerra a sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto". Marx entende que a fragmentação imposta pelas condições do trabalho dividido acaba por delimitar o trabalhador em uma função unilateral onde "ele não é o que é o produto do seu trabalho. Portanto, quanto maior este produto, tanto menor ele mesmo é". A relação que o trabalhador estabelece com o objeto produzido é exterior e independente dele "... tornando-se uma potência autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha". (MARX, 2004, p. 81)

A exteriorização do trabalho consiste no não pertencimento ao seu ser, o trabalhador não tem a possibilidade de expressar sua intencionalidade no objeto, o que o torna servo do ritmo imposto pelo sistema fabril, enfim, infeliz ao cumprir sua função de forma forçada e mecânica. A liberdade é suprimida e o trabalho se defronta com o trabalhador de forma estranha. O resultado disso é que "o homem (o trabalhador) só se sente como ser livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos, etc. e em suas funções humanas só se sente como animal" (MARX, 2004, p.83).

Essa inversão aqui identificada se explicita em textos posteriores de Marx, explicitando que as relações que o trabalhador estabelece no modo de produção capitalista se efetivam como estranhamento com o objeto, com o trabalho e com os demais homens. A crítica de Marx, o trabalho estranhado sustenta que o homem é um ser consciente, social, livre e, portanto, genérico.

Marx estuda o conceito de ser genérico de Feuerbach, que estabelece a relação natural do homem com a natureza, onde o

homem tem como essência o seu gênero, a consciência e a religião. Também estuda o homem como um ser ativo na natureza, ainda que esta se apresente independente do homem, conforme a formulação de Hegel. Entretanto, essas constatações parecem não ser suficientes para Marx por não darem conta do ser social, universal e livre. Tais abstrações acontecem porque se situam no campo do pensamento ou da constatação/contemplação, não há nessas filosofias a preocupação com a mudança social. Diante da lacuna estabelecida entre as filosofias de Hegel e Feuerbach, é que Marx a partir da crítica ao trabalho estranhado esclarece que o homem é concebido como um ser genérico:

O homem é um ser genérico, não somente quando prática e teoricamente faz do gênero, tanto do seu próprio quanto do restante das coisas, o seu objeto, mas também - e isto é somente uma outra expressão da mesma coisa- quando se relaciona consigo mesmo como (com) o gênero, vivo, presente, quando se relaciona consigo mesmo como (com) um ser universal, (e) por isso livre (MARX, 2004, p.83-84).

Esse raciocínio revela que o homem estabelece com a natureza um elo, ou seja, "... o homem é uma parte da natureza". Nesse sentido, Marx diferencia a atividade natural e vital do animal, com a atividade consciente, universal e livre que o homem estabelece com a natureza. "A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal. Justamente, (e) só por isso, ele é um ser genérico" (MARX, 2004, p. 84).

As características naturais do homem associadas a sua capacidade genérica são vivenciadas com os demais homens num processo contínuo de *vir a ser*, não como interação simples e casual, mas como um vínculo ontológico-social do homem consigo mesmo, com outros homens, ou na relação entre os homens. Ao produzir pelo trabalho, o homem modifica a natureza externa e a si próprio. Essa relação não é unilateral, mas essencialmente social. "Precisamente por isso, na elaboração do mundo objetivo [é que] o homem se confirma, em primeiro lugar e efetivamente, como ser genérico. Esta produção é a sua vida genérica operativa". Dessa forma, "o objeto do trabalho é portanto a *objetivação da vida genérica do homem*" (MARX, 2004, p. 85).

Entretanto, "o trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para a sua existência". Da mesma forma, que o homem se realiza enquanto ser genérico no trabalho, também aí se afasta do seu gênero humano. (MARX, 2004, p. 85).

Marx aponta as consequências do resultado do trabalho estranhado para o ser genérico. O trabalho estranhado ao reduzir a atividade livre e criadora do homem para a atividade unilateral, faz "do *ser genérico do homem*, tanto da natureza quanto da faculdade genérica espiritual dele, um ser *estranho* a ele, um *meio* da sua existência *individual*". Essa relação, "estranha do homem o seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele, tal como a sua essência espiritual, a sua essência humana". (MARX, 2004, p. 85).

Em consequência do homem estar estranhado do produto do seu trabalho, da sua essência humana, acaba estabelecendo uma relação de estranhamento também com os outros homens nas relações de trabalho.

Quando o homem está frente a si mesmo, defronta-se com ele o outro homem. O que é produto da relação do homem com o seu trabalho, produto de seu trabalho e consigo mesmo, vale como relação do homem com outro homem, como o trabalho e o objeto do trabalho de outro homem. (MARX, 2004, p. 86).

Marx entende que o trabalho abstrato é um componente marcante do capital e que a apropriação do trabalho se dá em função das formas de organização do trabalho, entre elas, a divisão e manutenção do trabalho para a conservação do capital. Neste sentido, o trabalho torna-se distante da essência do homem, pois ao invés do homem trabalhar a partir de *si*, ele trabalha para o acúmulo do capital. Diante dessas considerações, deduz-se que Marx ao explicitar o conceito trabalho apresenta três características da formação do homem, sendo que, essas características são manifestadas de acordo com o modo de produção da existência material.

Na primeira característica, o homem ao estabelecer um elo com a natureza supera sua condição de animal, de receptor dos

benefícios da natureza como meio de sobrevivência, para criar conscientemente a realidade a partir do trabalho. No momento da objetivação, o homem imprime no objeto produzido suas necessidades, intencionalidades e subjetividade, o que lhe garante fazer parte e se reconhecer no seu produto, ou seja, o homem se auto-produz pelo trabalho. Ao produzir objetos, o trabalhador produz também riqueza útil que é usufruída pelos demais homens, criando uma teia de relações sociais, na construção de uma nova sociedade. O homem aqui é um ser livre, criativo e universal. (MARX, 2004, p.87-92)

Na segunda característica, o homem ao ser condicionado pela imposição do modelo de produção fabril incorpora ações mecanizadas que o impedem de manifestar sua subjetividade e criatividade. Nesse contexto, o homem se sente estranhado do objeto que produziu, como se fosse algo independente, ainda se sente estranhado da sua própria atividade de trabalho, ou seja, como sua ação subjetiva é suprimida o ato da produção ao invés de tornar-se uma realização pessoal, torna-se uma mercadoria sem sentido produzida por meio do martírio e sacrifício. Também o estranhamento acontece em relação aos demais trabalhadores que de cooperadores e construtores da sociedade acabam se tornando competidores. (MARX, 2004, p.93-101).

O resultado desse confronto entre o trabalho consciente e o trabalho estranhado constitui a terceira característica do homem. Tanto uma forma de trabalho quanto outra constroem o homem e a sociedade. Assim, entende-se que mesmo quando o homem é submetido a um modelo de trabalho fragmentado e unilateral ele não perde sua característica enquanto ser livre e intencional, ou seja, o seu caráter universal é preservado, ainda que esteja latente. É importante pensar que ao passar da situação de trabalho socialmente produzido para o trabalho estranhado o homem estabelece uma relação diferente com sua liberdade, intencionalidade e criatividade. Em outras palavras, nesse contexto o homem deverá se construir enquanto ser transformador da sua realidade de trabalho e conseqüentemente social. A liberdade, a criatividade não será manifestada somente no objeto produzido, mas antes, como resultado da superação do trabalho estranhado, fragmentado e unilateral, que segundo Marx pode acontecer a partir do comunismo (MARX, 2004, p.102).

A SUPERAÇÃO DA ALIENAÇÃO NO CONTEXTO DE UMA NOVA SOCIEDADE

Os *Manuscritos Econômicos Filosóficos* iniciam uma reflexão sobre as necessidades de transformação do trabalho e de superação da propriedade privada dos meios de produção para se poder constituir uma nova sociedade baseada na formação de um novo homem. Essa ideia se apresenta nas observações sobre o comunismo como “superação positiva da *propriedade privada* enquanto *auto-alienação do homem* e, por isso, como *apropriação* efetiva da essência *humana* através do homem e para ele” (MARX, 1974, p. 14 – grifos do autor). Trata-se de uma nova realidade na qual o homem retorna a si e se recompõe enquanto homem social e redefine, a partir desse novo contexto, a sua humanidade.

Com o comunismo “a supra-sunção do estranhamento-de-si faz o mesmo caminho que o estranhamento-de-si”. Desse modo não somente o capital, que é a forma de existência da propriedade privada, precisa ser suprimido, mas também o trabalho fragmentado que “é apreendido como a fonte da nocividade da propriedade privada e da sua existência estranha do homem”. (MARX, 2004, p.103)

Marx define o comunismo como sendo “finalmente, a expressão positiva da propriedade privada supra-sumida, acima de tudo a propriedade privada universal”. Com a suprassunção da propriedade privada surge a essência positiva da propriedade privada comunitária que associada a consciência da natureza humana abre a possibilidade do homem retornar a si mesmo (MARX, 2004, p.103).

Trata-se do retorno pleno, tornado consciente e interior a toda riqueza do desenvolvimento até aqui realizado, retorno do homem para si enquanto homem social, isto é, humano. Este comunismo é, enquanto naturalismo consumado=humanismo, e enquanto humanismo consumado = naturalismo. Ele é a verdadeira dissolução do antagonismo do homem com a natureza e com o homem; a verdadeira resolução do conflito entre existência e essência, entre objetivação e auto-confirmação, entre liberdade e necessidade, entre indivíduo e gênero. (MARX, 2004, p. 105)

No contexto dessa nova sociedade, o homem retoma a noção de construtor de si mesmo, do outro homem e da sociedade e tem a possibilidade de manifestar no objeto produzido "a sua individualidade e ao mesmo tempo a sua própria existência para o outro homem, [para] a existência deste, e a existência deste para ele". Com isso, "tanto o material de trabalho quanto o homem enquanto sujeito são tanto resultado quanto ponto de partida do movimento". Reside aí o caráter social e universal do trabalho comunitário. (MARX, 2004, p. 106)

Nesse sentido, a essência humana da natureza assume papel primordial "é primeiro aqui que ela existe como fundamento da sua própria existência humana, assim como também na condição de elemento vital da efetividade humana". É da natureza que o homem tem a possibilidade de construir não somente os objetos, mas uma nova relação de existência individual e social. Mais a frente, Marx escreve, "é primeiro aqui que a sua existência natural se lhe tornou a sua existência humana e a natureza [se tornou] para ele o homem". Assim, tanto o homem quanto a natureza se transformam e se completam. (MARX, 2004, p. 106)

Marx aponta que a atividade comunitária não existe de forma imediata ela precisa ser construída nas relações sociais, "por isso, o que faço a partir de mim, faço a partir de mim para a sociedade, e com a consciência de mim como um ser social". Assim, a consciência universal e a atividade da consciência universal é a "existência teórica enquanto ser social" (MARX, 2004, p. 107).

A supressão positiva da propriedade privada não é apreendida somente no sentido de ter, de posse, mas é antes um resgate do homem enquanto ser universal.

O homem se apropria da sua essência unilateral de uma maneira unilateral, portanto como um homem total. Cada uma das suas relações humanas com o mundo, ver, ouvir, cheirar, degustar, sentir, pensar, intuir, perceber, querer, ser ativo, amar, enfim todos os órgãos da sua individualidade, assim como os órgãos que são imediatamente em sua forma como órgãos comunitários", são no seu comportamento objetivo ou no seu comportamento para com o objeto a apropriação do mesmo, a apropriação da efetividade humana; seu comportamento para com o objeto é o acionamento

da efetividade humana (por isso ela é precisamente tão múltiplice quanto múltíplices são as determinações essenciais e atividades humanas), eficiência humana e sofrimento humano, pois o sofrimento, humanamente apreendido, é uma autofruição do ser humano. (MARX, 2004, p. 108)

A noção de que a posse do objeto é fruto do trabalho alienado e está vinculada ao capital vem da propriedade privada que tornou os sentidos do homem limitados pelo sentido do *ter*. Portanto, a suprassunção da propriedade privada “é a emancipação completa de todas as qualidades e sentidos humanos; mas ela é esta emancipação justamente pelo fato desses sentidos e propriedades terem se tornado humanos, tanto subjetiva quanto objetivamente”. A relação do homem com o objeto produzido é de composição. “O olho se tornou olho humano, da mesma forma como o seu *objeto* se tornou objeto social, *humano*, proveniente do homem para o homem. Por isso, imediatamente em sua práxis, os sentidos se tornaram *teoréticos*” (MARX, 2004, p. 109). Da mesma forma que as relações entre o homem e o objeto mudam, a relação entre os homens também, os sentidos que eram expressos de forma particular e egoístas, passam a ser sociais, sensíveis e interdependentes.

A natureza sensível imediata para o homem é imediatamente a sensibilidade humana (uma expressão idêntica), imediatamente como o homem outro existindo sensivelmente para ele; pois sua própria sensibilidade primeiramente existe por intermédio do outro homem enquanto sensibilidade humana para ele mesmo. (MARX, 2004, p.112)

Nesse sentido, o conjunto de manifestações humanas faz do homem um ser carente do outro homem tanto nas relações quanto nas próprias necessidades interiores. Marx expressa que “o ser-por-si mesmo da natureza e do homem é *inconcebível* para ele porque contradiz todas as *palpabilidades* da vida prática”. (MARX, 2004, p. 113)

Assim, o comunismo assume “a posição como negação da negação, e por isso o momento efetivo necessário da emancipação e

da recuperação humanas para o próximo desenvolvimento histórico". A partir dessa nova realidade o homem ao retomar sua condição genérica, universal, torna-se consciente e sensível à "existência da natureza e a natureza para o homem enquanto existência do homem" (MARX, 2004, p. 114).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como acentuamos no início desse trabalho, a apresentação introdutória do significado dos conceitos de trabalho e propriedade privada presentes nos Manuscritos Econômicos Filosóficos, bem como as proposições de sua superação, visam a explicitar o conceito de homem enquanto base da noção de educação, a ser desenvolvida em trabalho posterior. A educação recebe aqui o seu significado mais amplo de formação integral do homem e, dessa perspectiva, as observações de Marx sobre a superação das contradições da sociedade capitalista, geradas na formação dos aspectos subjetivos e objetivos da relação entre trabalho alienado e propriedade privada, instâncias que se constituem como interdependentes e contraditórias no modo de produção capitalista, são mais do que nunca pertinentes.

Cabe acentuar que as observações sobre o comunismo soam, no momento em que se vive um aprofundamento das relações de exploração do trabalho no contexto do neoliberalismo, como utópicas. Entretanto, se tomarmos em conta o aprofundamento das contradições econômicas e sociais no âmbito da sociedade neoliberal, contradições que anunciam a entrada em um caminho sem saída ante a profunda crise estrutural que se vive principalmente a partir de 2008, essas ideias parecem incentivadoras.

No âmbito da educação, poderiam motivar o debate sobre uma mudança estrutural do sistema de ensino, se a educação escolar propiciasse iniciar um processo de formação integral do homem dentro dos limites da instituição escolar. Cabe esclarecer, porém, que a escola é um dos espaços de educação e, do ponto de vista da leitura dos *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, certamente não é o principal, visto que o homem se forma em sua essência a partir do modo como instaura suas relações com a natureza e com os outros homens pelo trabalho. A questão da educação integral, portanto, passa pela transformação radical da sociedade.

DESIGN OF MAN: COMMENTS ABOUT THE ECONOMIC PHILOSOPHICAL MANUSCRIPTS OF 1844

Abstract

This text is part of a theoretical investigation about the conception of man stated on *Manuscritos Econômicos Filosóficos de 1844*. In this work Marx identifies the work's social nature from the historical relationship among man and nature and man and other men. It is written that begins with the analysis of the capitalist production mode effecting the critique to the Political Economy and Hegelian thought regarding to labor and private property, relationship that establishes alienation or estrangement of man in his work activity, of himself and of others. The conception of man as a complete individual appointed by Marx the bias of communism is a challenge to think about education today.

Key words: labor; private property; man; education.

DISEÑO DEL HOMBRE: OBSERVACIONES SOBRE LOS MANUSCRITOS FILOSÓFICOS DE ECONÓMICO 1844

Este texto es parte de una investigación teórica de la concepción del hombre presenta en los *Manuscritos Económico Filosóficos de 1844*. En esta obra Marx identifica la naturaleza del trabajo social a partir de las relaciones históricas del hombre con la naturaleza y con los demás. Es un escrito que empieza el análisis del modo de producción capitalista efectuando la crítica de la Economía Política y el pensamiento hegeliano con respecto al trabajo y la propiedad privada, una relación que se establece la alienación o enajenación del hombre del suya actividad del trabajo, de él mismo y otros. La concepción del hombre como un individuo completo designado por el sesgo del comunismo de Marx es un desafío para pensar en la educación de hoy.

Palabras clave: trabajo; propiedad privada; el hombre; la educación.

REFERÊNCIAS

EIDT, Celso. *Da crítica idealista a crítica materialista: ser genérico e gênese do comunismo*. Tese de Doutorado. UNICAMP, 2010.

FROMM, Erich. *Conceito Marxista de Homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

Concepção de homem... *Alessandra Dal Lin e Anita Helena Schlesener*

HOBSBAWM, Eric. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KOFLER, Leo. *História e Dialética: Estudos sobre a Metodologia da Dialética Marxista*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2010.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos Filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, tradução e notas, Jesus Ranieri.

_____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Abril cultural, 1974 (Os Pensadores).

Recebido em: fevereiro de 2012

Publicado em: março de 2012